

## UNIDADE DA LÍNGUA PORTUGUESA

MARIA HELENA MIRA MATEUS  
Doutor em Lingüística \*

Quando há dez anos cheguei pela primeira vez ao Brasil (realizando, como qualquer português, um sonho de antiga memória), a sensação imediata que tive, ao findar a longa viagem sobre este mar que nos une e separa, foi a de me encontrar rodeada de palavras da minha própria língua. No aeroporto, nas lojas, nas ruas, o escrito era o mesmo que me tinha lançado numa irreversível existência cultural.

Da palavra escrita à palavra falada — processo inverso da construção do próprio ser —, a identidade foi surgindo, com a alegria das diferenças fraternas. Até que chegou o momento de me observar, surpreendida, a rir com os mesmos trocadilhos, com os mesmos jogos de palavras, a rir “em português” com os amigos brasileiros. Para quem já tem algumas andanças pelo mundo, não há dúvida de que esta é a pedra de toque: porque é fácil chorar com os gestos, mas é difícil rir sem as palavras.

Foi ainda meu privilégio, enquanto portuguesa, ser tocada por idêntica sensação (ainda que de modo bem diferente) ao viajar pela Galiza e ao aportar a Moçambique — e sê-lo-á, espero, quando um dia chegar a Angola, a Cabo Verde, Guiné ou São Tomé.

Se olhar agora o reverso desta experiência que ancorou na minha história pessoal, ocorreu-me perguntar que outra forma de falar poderia, alguma vez, transmitir-me a mesma consciência de ser comum? As mais próximas — o castelhano? o catalão? o francês ou o italiano? No meu espírito ou no de qualquer de nós, que falamos português, é impossível que se levante a dúvida, quer como hipótese teórica quer como constatação empírica, de que se trata, nesses casos, do nosso próprio idioma.

Vale a pena, então, reflectir, com alguns instrumentos que a ciência nos proporciona, sobre a especificidade desta língua que falamos, que ultrapassa as fronteiras dos nossos países e que se não confunde com as que, como ela, possuem o latim como longínqua fonte comum.

A análise de uma língua implica a utilização de termos diversos. Uma vez as diferenças, outras as semelhanças, agora o que é linguístico, logo o que é social ou cultural — e os conceitos vão surgindo, a exigirem nomes que permitam um rápido reconhecimento.

Assim:

---

\*Professora Titular, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal.



— *Variantes* são as variedades de uma única língua usadas em diferentes países.

— No interior de cada variante registram-se variedades chamadas *dialectos*, com estatuto de igualdade do ponto de vista linguístico. Os dialectos podem corresponder a diferentes regiões (distribuição geográfica) ou a diversos registos, próprios de distintos grupos socio-culturais e socio-económicos.

— A escolha de um dos dialectos para ser utilizado nos meios de comunicação (e geralmente no ensino a nacionais e estrangeiros), e a sua denominação como *norma-padrão* baseia-se, como é evidente, em razões exclusivamente socio-culturais e políticas.

O interesse que se atribui à unidade da língua portuguesa convida à reflexão sobre alguns aspectos que, por serem comuns às diferentes variantes e aos dialectos que as integram, caracterizam a língua como um todo. Embora admitindo à partida a complexa interrelação dos campos fonético e fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, é possível encará-los como objectos de análise, quer separadamente quer em subconjuntos.

O acesso imediato a uma língua faz-se pelo seu nível fonético, cujo funcionamento sistemático implica a existência de certo número de elementos, os sons, sobre os quais actuam determinadas regras. Os dialectos de todas as variantes do português apresentam, neste domínio, duas características fundamentais que os diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos — os que lhes estão mais próximos de entre os dialectos românicos:

- supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos (exemplificada por formas como *sô, mau, mão, boa*, que contrastam com *solo, malo, mano, buena*);
- manutenção das vogais breves latinas sem ditongação (que reconhecemos em *sete, medo, porta, sorte*, diferindo de *siete, miedo puerta, suerte*).

A par destes aspectos detectam-se outros menos evidentes, mas igualmente determinantes da especificidade da língua, como a ocorrência de consoantes palatais em todas as posições da palavra (confronte-se p. ex. *chuva, chamar*, com *lluvia, llamar*) ou a existência de inúmeros ditongos decrescentes, resultantes em grande parte das supressões atrás referidas, e que podem ser nasais (como os de *mãe, mão, vem, pão*) ou não nasais (como os de *pai, leite pau, papéis, teu, véu, oito*, etc.).

De um modo geral e no campo fonético, o português é caracterizado, em todas as suas variantes, pela existência de frequentes sons nasais, de grande quantidade de ditongos decrescentes e de consoantes palatais em qualquer posição da palavra.

No campo da flexão morfológica vale lembrar a construção dos *tempos compostos* (cujo auxiliar *haver* foi há muito tempo substituído por *ter*, em contraste com o castelhano e o francês, por exemplo), e ainda a original *introdução do pronome clítico* entre os morfemas constitutivos do futuro e do condicional, especificidade esta que evidencia a consciência que os falantes possuem da formação destes dois tempos verbais. A possibilidade de dizer “*escrever-te-ia*” é ainda hoje apontada como curiosa característica da língua portuguesa.

Os domínios morfológico e sintático estão intimamente relacionados, e frequentes são os aspectos que tradicionalmente se consideram morfológicos mas cujo estudo não dispensa uma análise ao nível da sintaxe. Estão neste caso duas das mais importantes particularidades do sistema verbal do português: o *infinitivo flexionado* e o *futuro do conjuntivo*.

Não cabe nesta apresentação geral uma análise aprofundada dos casos de emprego da forma flexionada do infinitivo, nem dos valores sintactico-semânticos do futuro do conjuntivo. Apenas lembrarei que, em todas as variantes do português, uma frase como “É preciso *comeres* a fruta” é muito mais frequente do que a equivalente “É preciso *que comas* a fruta”, sendo esta última a única possibilidade existente nas demais línguas românicas. De igual modo, ocorre no português uma oposição de significado entre “Enquanto *puderes*, come a fruta” e “enquanto *podes*, come a fruta”, enquanto nos restantes idiomas da România tal oposição não se estabelece a partir dos tempos verbais por inexistência do tempo que denominamos futuro do conjuntivo.

Se nos detivermos mais um pouco na utilização das formas verbais, não podemos deixar de referir os valores sintácticos e semânticos do emprego do *pretérito perfeito composto*, valores aspectuais e temporais que têm um importante papel na intercomunicação. O uso exclusivo, em português, do *pretérito perfeito simples* quando se remete para um processo localizado e concluído no tempo passado (“O avião *chegou* atrasado”) permite utilizar o pretérito perfeito composto com valores diversos, entre os quais são de salientar a iteratividade (“O avião *tem chegado* atrasado todos os dias”) e a continuidade que, do passado, vem até o presente (“O avião *tem estado* parado”). O facto de línguas como o francês e o castelhano substituírem quase sistematicamente o pretérito perfeito simples pelo composto, retira a este último a possibilidade de ser utilizado com os diferentes valores que foram apontados para o português.

Mas a análise de uma língua não se esgota nos domínios acima indicados. Em situação de comunicação intervêm factores pragmáticos que determinam a produção linguística dos interlocutores. Como qualquer outra língua, o português apresenta características específicas que pertencem à competência comunicativa dos seus falantes. De entre essas características ressalta a utilização, na resposta a pedidos de informação, do verbo contido na pergunta: “*Comeste a fruta?*” “*Comi*”. Este aspecto singular do português é reconhecidamente comum a todas as variantes da língua.

A rápida enunciação de particularidades que individualizam o português não é certamente suficiente — diria melhor, não justifica — a valorização que importa dar à sua unidade interna. A actividade linguística, como forma preferencial do comportamento humano, não é um sistema fechado sobre si mesmo, analisável apenas em termos dos elementos que o constituem e das regras que sobre eles se aplicam, e impulsionam o seu funcionamento.

A linguagem verbal — concretizada para cada um de nós na língua que falamos — identifica-nos e estabelece a nossa relação com o mundo, é veículo, ligação e factor de construção da sociedade e da cultura em que estamos inseridos. Os homens reconhecem-se naqueles que falam a mesma língua, e a língua permite-lhes reconhecerem-se na sua individualidade e no seu ser social.

Mas este reconhecimento não é obrigatoriamente decorrente do uso de uma língua que se herda, em processo evolutivo cuja origem se perde na memória dos falantes. Um acto de vontade política pode igualmente determinar a distribuição, por toda uma sociedade, desse bem comum. E tendo em atenção o papel fundamental do meio de comunicação verbal na construção do indivíduo, esse acto de vontade, quando accionado do exterior, tem-se manifestado, em diversos momentos da



história da humanidade, como instrumento de sujeição.

No tempo presente, contudo, e em consequência de novas formas de relação entre os homens e dos múltiplos movimentos de descolonização, surgiu um fenómeno que curiosamente se opõe à utilização da língua como factor de subjugação. A vontade política de difusão de uma língua pelos elementos de uma comunidade é agora propulsionada do interior dessa mesma comunidade, servindo não já para a sujeição dos indivíduos mas para a sua própria libertação. A igualdade de oportunidades no acesso e no domínio desse instrumento de comunicação é tão importante no desenvolvimento das novas nações independentes como a distribuição, por todos os membros dessas sociedades, dos bens materiais necessários à manutenção da vida.

A língua portuguesa teve o privilégio de se ver escolhida por várias nações africanas e de nelas cumprir as funções acima referidas. É emocionante tarefa daqueles que pacificamente a herdaram de seus pais, contribuir para a consolidação da sua difusão nesses países a quem, pela sua juventude, o futuro pertence.

E não será o Brasil também unificado pela língua portuguesa? Com fortes núcleos de emigração vindos das mais diversas culturas, é o português factor fundamental de identidade nacional acrescentando que, à semelhança do que se passa em Portugal, as diferenças dialectais são reduzidas se tivermos presentes a extensão imensa do território e os 130 000 000 de falantes que o habitam.

Lembremos ainda que a importância do português não se confina a nações isoladas. Em organismos internacionais como a UNESCO e a Organização da Unidade Africana é já hoje adoptada como língua de trabalho.

No tempo em que vivemos, não é lícito pôr em dúvida que a intervenção no mundo passa pela língua que se utiliza. Os actuais meios audio-visuais de transmissão da palavra escrita e oral tornam possível que a informação envolva todos os continentes com espetacular rapidez. Por outro lado, o mercado económico e as negociações com ele relacionadas exigem alguns — poucos — instrumentos comuns de comunicação. E a história ensina-nos que a resistência à ocupação por um poder alheio, económico ou político, se faz pela decidida conservação da unidade interna, seja das sociedades, seja dos elementos que permitem a sua identificação. Dividir para reinar é ainda uma palavra de ordem. Mas o “reino” estende-se hoje à comunidade internacional, e a luta trava-se não só pelas armas, mas pelo uso dos meios de comunicação.

Na procura activa da unidade da língua portuguesa devemos considerar duas ordens de factores: aqueles que, pelo seu carácter convencional, decorrem de uma tomada de posição de certos centros de decisão social, e aqueles que, por serem exclusivamente linguísticos e estarem ligados ao desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, escapam à vontade dos homens.

No primeiro grupo de factores incluem-se os instrumentos criados especialmente para transmitir a informação a distância e unilateralmente: é este o caso dos livros, da televisão e da rádio.

A circulação de tais instrumentos nos diferentes países em que se fala português obriga a um cuidado especial na sua elaboração, de modo a que efectivamente eles sejam de todos e para todos, aproveitados, utilizados e fruídos. É neste contexto que se insere a questão tão debatida de um acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil, acordo que dissolva as pequenas diferenças que separam os nossos dois escritos, e permita aos países africanos de língua oficial portuguesa o uso indiscrimi-

nado, em perfeita igualdade, do material gráfico produzido na Europa e na América.

É ainda neste contexto que se integra a produção de programas televisivos a serem encarados, especialmente pelos realizadores portugueses, como criação artificial de situações teatrais com particular atenção dirigida para a pronúncia. Os programas assim realizados poderão ser integralmente aproveitados pela televisão brasileira, numa desejável contra-partida à audiência entusiasmada que têm em Portugal os programas produzidos no Brasil.

É nossa convicção de que a televisão brasileira, como meio de enorme impacto na comunicação de massas (tal como o é actualmente na maioria dos países), terá a maior vantagem em habituar os seus espectadores à variante europeia do português. Não esqueçamos que Portugal é (e será sempre) a porta natural pela qual o Brasil penetra na Europa, porta que, com a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu e a premência do diálogo entre os dois hemisférios, adquiriu um valor em todos os campos que os brasileiros certamente não desconhecem.

A questão da utilização dos meios audio-visuais abrange, naturalmente, a projecção que programas brasileiros e portugueses podem vir a ter nos países africanos em que se fala português; projecção essa que, dada a real unidade da língua e a consequente capacidade de intercomunicação, tem de ser mantida em lugar ímpar relativamente a todos os programas falados em outro qualquer idioma distinto do nosso.

É conveniente acrescentar que, tendo os países de África optado pela norma-padrão do português europeu, a sua abertura à variante brasileira está condicionada à consciência que esses países tenham da unidade da língua portuguesa, o que implica que ela seja, de facto, uma realidade.

O trabalho a realizar nestes campos deverá, finalmente, estender-se à criação de vocabulários científicos e técnicos comuns a todas as variantes do português, vocabulários que possam acompanhar o desenvolvimento dos diferentes países nos domínios da ciência e da tecnologia, sem enfeudamento constante à terminologia estrangeira.

Relativamente aos factores internos à actividade linguística dos falantes — que possuem uma base comum de intercompreensão e, simultaneamente, são marcados pela diferença das variantes —, a nossa atitude tem de ser prudente, realista e sabiamente cultural.

Em primeiro lugar, não podemos escamotear as dificuldades sentidas por falantes de Portugal e do Brasil (nomeadamente brasileiros), em situação de comunicação, no entendimento recíproco. Um sistema comum, passível da individualização linguística que atrás foi demonstrada, não é necessariamente um instrumento que, de imediato, pode ser manipulado com completo à vontade pelos interlocutores de diversas origens dialectais, quando entre si comunicam. Mas será porventura entre falantes da mesma variante? Os objectivos de elocução no acto de comunicação cumprem-se em relação estreita com atitudes de vida, que podem exigir dos locutores um esforço no sentido de encontrarem uma completa adequação à situação do diálogo. Este aspecto da actividade linguística, do qual poucas vezes tomamos consciência, faz parte do nosso funcionamento como falantes.

Para além de tudo o que fica dito, a escola pode e deve ter uma função activa no desenvolvimento do conhecimento que nos convém possuir das variantes do



português distintas da nossa. Os meios audio-visuais existentes possibilitam a audição de diferentes formas de falar a mesma língua. O intercâmbio de professores tem vantagens inexploradas. E o estudo sistemático das diferenças reforça a base comum. De entre essas diferenças vale a pena destacar algumas mais assinaláveis.

Qualquer falante de uma língua estrangeira detecta com facilidade a diversidade existente entre as variantes da língua portuguesa, com especial relevo, no campo fonético, para a pronúncia das vogais não acentuadas: mais reduzidas nos dialectos europeus (com excepção dos galegos), mais audíveis nos dialectos brasileiros e nas variantes africanas\*. Sendo a menor redução dessas vogais a manutenção de características da antiga língua, o português encontra nessa variação um pouco da sua história, tal como na presença, ainda viva no Brasil e em África, de vocábulos que de há muito adormeceram no falar europeu.

Mas a oscilação não pende apenas para o passado. A *palatalização das consoantes* /t/ e /d/ antes de /i/ e de /e/ (*tio, dia, bate, pode*), a *semivocalização do /l/* final de sílaba e de palavra (*sawtar, Brasiw*), a *supressão ou velarização do /r/* final (*senhô, fazê, amárr*) são variações determinadas por factores articulatórios e acústicos nas quais o falante de português pode reconhecer o dinamismo próprio dos processos fonéticos a que está sujeita qualquer língua falada.

Curioso será também observar a *ordem das palavras* na frase que, partindo de um padrão básico sujeito-verbo, apresenta actualmente os sinais de que uma nova ordem se instalou — a de sujeito-verbo-objecto —, podendo demonstrar-se que essa nova ordem é comum a todas as variantes. A oscilação de colocação das palavras que ainda hoje se pode detectar nas diferentes variantes permite recuperar a história da ordem de palavras na língua portuguesa, aspecto fundamental na determinação das características de qualquer idioma.

Unidade na diversidade — os falantes do português têm manifestado uma extraordinária capacidade para ultrapassar este aparente paradoxo. Nos últimos dez anos, Portugal absorveu cerca de um milhão de falantes de outras variantes — 10% da sua actual população activa veio das ex-colónias portuguesas. Diferentes normas mas uma possibilidade de intercomunicação que permitiu, com surpreendente rapidez, a convivência quotidiana. E esta absorção é um maravilhoso enriquecimento da língua, um motor do desenvolvimento que o português falado em Portugal tem apresentado claramente nos últimos anos. Pode acrescentar-se a contribuição que, para tal enriquecimento, tem sido prestada pelo português do Brasil, recebido pelos telespectadores portugueses em múltiplos programas de diversas características culturais.

Do mesmo modo a norma europeia, que hoje é língua oficial em África, servirá nesse continente novas culturas e novas necessidades, mantendo-se como o meio de comunicação que traça os limites dos respectivos países e permite a sua relação com o exterior. Não nos pode ser indiferente, nem a versatilidade da língua para expressar diferentes exigências culturais, nem a sua unidade como bem comum nas relações internacionais.

\*Enquanto o português diz *prder, bucado*, o brasileiro pronuncia *pêrder, bôcado*, tornando claras as vogais sem acento e recuperando a estrutura fonológica da sílaba.

A valorização da unidade da língua não é apenas uma atitude cultural ou política. Se a formação do ser individual e social se processa numa constante relação com a sua actividade linguística, a recuperação daquilo que essa actividade lhe transmite da sua história, como indivíduo e como elemento da comunidade a que pertence, é fundamental na sua identificação pessoal. E essa recuperação faz-se tanto na unidade como na diversidade: é através da paisagem da língua que podemos abranger a nossa própria origem; é no reconhecimento de que somos parte da riquíssima literatura luso-afro-americana de língua portuguesa que nos identificamos como elementos de um todo mais vasto — que, por contraste, determina os nossos próprios limites.

Se é frequente encontrar um português que sonha com a possibilidade de ir ao Brasil e de aí descobrir pedaços da sua vida, não menos frequente é encontrar um brasileiro que espera reconhecer-se em Portugal, na sua história como ser individual e social. A história está presente em todos nós — delas não podemos amputar-nos. E não se diga que as reflexões que sobre ela fazem são artificialmente culturais. Porque se a nossa memória se alimenta do passado próximo, é privilégio da cultura alongar a consciência desse passado.

Endereço para correspondência: Rua Duque d'Avila, 56/8E  
Lisboa 1000  
Portugal.